



NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

1. Das instruções para o envio do resumo

1.1 O resumo deve ser enviado exclusivamente através da plataforma Even3 (www.even3.com.br/SIMAF) respeitando-se rigorosamente o formato especificado nestas normas;

1.2. O prazo para submissão dos resumos será de 01/09/22 a 24/10/22 (até 23h59, hora de Brasília).

2. Das normas para submissão de resumos

2.1 Serão aceitas comunicações de pesquisas finalizadas e em andamento de iniciação científica, projetos de extensão, trabalhos de conclusão de curso (TCC), mestrado, doutorado e pós-doutorado. Também serão aceitas comunicações de relatos de experiências práticas nos temas propostos;

2.2 Será aceito apenas um (01) trabalho por autor principal. O trabalho poderá conter até seis (06) coautores;

2.3 A identificação do autor e coautores não poderá ser feita no campo do texto, sob pena de desclassificação;

2.4 Não serão possíveis alterações posteriores no texto do resumo, bem como alterações de nomes dos autores e coautores, apresentador ou instituições relacionadas após a submissão do trabalho, salvo se a Comissão Científica solicitar alguma revisão durante a avaliação.

3. Dos eixos temáticos para submissão de resumos

Serão aceitos resumos frutos de pesquisas ou relatos de experiência em acolhimento familiar, que se enquadrem nos seguintes eixos temáticos:

CRIANÇA E ADOLESCENTE

O eixo “criança e adolescente” visa a discussão de temas que se relacionem intimamente com as crianças e adolescentes no serviço de acolhimento em família acolhedora. Se ocupa de trabalhos que discutam desde a preparação para o acolhimento até a reintegração familiar ou encaminhamento para família por adoção, atravessando os momentos de acompanhamento. Com isto, será lócus de discussões tais como: desenvolvimento humano; vínculo e trauma; acolhimento de bebês; acolhimento de adolescentes; acolhimento mãe e criança; metodologias de trabalho; participação das crianças e adolescentes em seus processos; acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência; acolhimento de crianças e adolescentes indígenas, ribeirinhas e quilombolas; relações étnico-raciais no acolhimento, bem como, sexualidade e gênero.

FAMÍLIA ACOLHEDORA

Este eixo busca tratar de pesquisas e experiências relacionadas ao trabalho com as famílias acolhedoras nas mais diferentes etapas: captação, seleção, formação, acompanhamento, retenção, chegadas e partidas, principais desafios vivenciados no acolhimento, entre outros. Também são bem-vindos neste eixo temático estudos e/ou experiências que abordem quaisquer outros temas relacionados às famílias acolhedoras como, por exemplo, vinculação destas com as crianças e/ou adolescentes acolhidos; relacionamento entre irmãos e acolhidos; manutenção de vínculos entre as famílias (acolhedoras, origem/extensa e por adoção) e motivações para se tornar uma família acolhedora.



FAMÍLIA DE ORIGEM E/OU EXTENSA

O referido eixo se ocupa em discutir temas que sejam pertinentes ao trabalho desenvolvido com as famílias de origem e/ou extensa no contexto do acolhimento familiar. Nesse sentido, busca debater as intervenções profissionais, bem como discussões acerca da parentalidade, de família guardiã/guarda subsidiada e demais temas que envolvem os diversos momentos do acompanhamento no serviço de acolhimento com vistas à reintegração familiar.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Este eixo tem como objetivo reunir trabalhos que tratem da implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora, desde a etapa de implantação e assuntos relacionados ao acolhimento familiar como política pública, até temas do cotidiano de funcionamento dos serviços. Estão contempladas neste eixo temáticas como: implantação de serviços de família acolhedora; transição do acolhimento institucional para o serviço de família acolhedora; profissionalização de famílias acolhedoras; formação da equipe técnica; metodologias de trabalho; articulação com rede intersetorial e/ou sistema de justiça; conhecimento e divulgação do serviço; entre outros.

4. Da forma de apresentação das comunicações

- 4.1. Para apresentar um resumo selecionado durante o Simpósio, seja para apresentação oral ou em pôster, é obrigatório o(s) autor(es) estar(em) inscrito(s) no 4º Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar;
- 4.2. O resumo poderá ser redigido em português do Brasil, espanhol ou inglês americano, segundo as normas gramaticais e ortográficas vigentes, porém a apresentação (oral ou em pôster) deverá ser feita em português do Brasil;
- 4.3. Os proponentes de comunicação oral ou pôster necessitarão indicar: nome completo, afiliação institucional do(a) autor(a) e coautor(es) (caso haja); o Tema escolhido. OBS: o nome dos autores não poderá constar no campo do texto, sob pena de desclassificação;
- 4.4. As citações de artigos e referências no texto devem seguir as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 4.5. Os autores e coautores dos trabalhos são responsáveis pelo conteúdo e origem do material apresentado, sendo a Comissão Organizadora isenta de responsabilidade quanto a descumprimento de normas éticas, científicas ou de plágio.

Da estrutura do resumo para Comunicação Oral

Deve conter as seguintes partes conforme orientações abaixo:

a) Título

Digitado em caixa alta (letras maiúsculas) com no máximo 15 palavras

b) Texto

O resumo expandido da comunicação deve ser revisado, entre 1000 e 1500 palavras, deverá contemplar os seguintes itens:

- Introdução
- Objetivo
- Método



- Resultados
- Conclusões

OBS: Não será permitida a inserção de figuras, gráficos e tabelas. O conteúdo do resumo não poderá fornecer informações que permitam identificar os autores, pois a avaliação será feita às cegas.

Da estrutura do resumo para Pôster

O resumo deve conter as seguintes partes conforme orientações abaixo:

a) Título

Digitado em caixa alta (letras maiúsculas) com no máximo 15 palavras

b) Texto

O resumo para essa modalidade deve conter entre 500 e 800 palavras, e deverá contemplar os itens a seguir:

- Introdução
- Objetivo
- Método
- Resultados
- Conclusões

OBS: Não será permitida a inserção de figuras, gráficos e tabelas. O conteúdo do resumo não poderá fornecer informações que permitam identificar os autores, pois a avaliação será feita às cegas.

Da estrutura do poster para a apresentação no Simpósio

O pôster deverá conter:

- Título com no máximo 15 palavras (centralizado)
- Nome completo dos autores, instituições envolvidas, instituições financiadoras, caso existam, cidade e estado
- Introdução
- Objetivo
- Método
- Resultados
- Conclusões
- O pôster deve ser autoexplicativo, podendo utilizar ilustrações (figuras, diagramas e tabelas)
- O pôster deve ser confeccionado em lona em dimensão a ser definida após a aprovação dos trabalhos (aproximadamente 0,80m x 1,00m) e sua confecção é de responsabilidade dos autores.

5. Da seleção

5.1. Será formada uma Comissão Científica que analisará as propostas encaminhadas em relação à pertinência do tema para o Acolhimento Familiar, aos aspectos formais (adequação às normas), científicos e da experiência prática. Esta Comissão terá plenos poderes para aceitar ou recusar as propostas, totalmente ou em parte, com o objetivo de garantir uma integração das atividades do 4o Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar e evitar repetição de temas ou convidados.

5.2. Independente do tema indicado pelo autor, no momento da submissão o trabalho poderá ser realocado pela Comissão Científica para outro tema ou modalidade, se assim for avaliado.



5.3. Todos os resumos qualificados serão avaliados e selecionados pela Comissão Científica.

5.4. A Comissão Científica será responsável pela avaliação dos trabalhos, de acordo com os seguintes critérios:

- inovação: se o trabalho provocou avanços metodológicos e práticos por meio de resultados inéditos ou melhorias nos recursos disponíveis;
- aplicabilidade: do estudo na prática de trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade e risco social;
- impacto: será avaliada a dimensão do trabalho para uma incidência na política pública
- relação clara com o tema escolhido
- orientação teórica compatível
- qualidade metodológica
- atendimento à estrutura proposta

5.5. A comunicação dos trabalhos aceitos será feita via e-mail ao autor principal no dia 09/12/22. Todos os autores selecionados para apresentação terão garantido sua inscrição no Simpósio.

6. Considerações gerais

6.1. Os autores, coautores e orientadores dos trabalhos reconhecem e declaram, assumindo todas as responsabilidades legais, de forma irrevogável e irretirável, que todas as informações fornecidas, bem como o conteúdo do trabalho inscrito, são verdadeiras, próprias e originais;

6.2. Ao submeter o trabalho à seleção, entende-se que os autores e coautores autorizam a Comissão Organizadora do evento a publicar e divulgar o mesmo em todos os meios de comunicação sem qualquer forma de pagamento pelos direitos autorais;

6.3. Os trabalhos selecionados pela Comissão Científica serão publicados nos Anais do IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar (SIMAF);

6.4. As Comissões Organizadora e Científica são incontestavelmente soberanas nas suas decisões, inexistindo a possibilidade de recursos ou manifestações de qualquer espécie;

6.5. A inclusão de qualquer trabalho, desde que cumprindo as regras, já caracteriza a aceitação irrestrita a todas as regras previstas nestas normas

6.6. Os casos omissos nestas normas serão analisados pela Comissão Científica.

6.7. Composição da Comissão Científica

COMISSÃO CIENTÍFICA

PRESIDENTE

Juliana Pasti Villalba

Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas NEPP/UNICAMP, desde 2012. Membro do Observatório da Infância e Adolescência OiA/UNICAMP. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela FCM/UNICAMP; Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde pela Fiocruz e; Especialista em Administração Pública pela Unicesumar. Atuou como Diretora Técnica Adjunta da Agência Metropolitana de Campinas- AGEMCAMP por dois anos. Foi docente da Universidade Paulista, onde ministrou por 12 anos aulas relacionadas a Políticas de Saúde nos cursos de Odontologia, Fisioterapia, Nutrição e Biologia. Foi odontóloga do departamento Coordenadoria de Serviços Sociais – CSS/CECOM, órgão responsável pelo planejamento e execução de programas de promoção de saúde direcionados à comunidade da UNICAMP por 18 anos.



AVALIADORES

Andrielly Darcanchy

Psicóloga e Bacharel em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Atua como psicóloga na Prefeitura Municipal de Osasco, desde junho/2015. Colaborou com a implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Canguru, em 2019, no qual é Coordenadora Técnica atualmente. Atuou por 04 anos em SAICAs de administração direta do mesmo município, tendo colaborado também com a implementação do Programa Laços - Apadrinhamento Afetivo, entre 2017 e 2019. Atualmente pesquisa o Acolhimento Familiar, em seu mestrado, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Prioli Cordeiro, no IP-USP. Entre 2012 e 2013 pesquisou "Discursos sobre o Projeto Nova Luz" em sua Iniciação Científica, com a Profa. Dra. Sandra Maria Patrício Ribeiro, na mesma instituição, recebendo bolsa vinculada ao CNPq.

Andréa Santos Souza

Promotora de Justiça desde janeiro de 1988, tendo trabalhado nas comarcas de Jaboticabal, Miguelópolis, Itapira, Mogi Guaçu e atualmente em Campinas, sempre com atribuição na área da infância e juventude. Mestre em Filosofia (Ética) pela PUC Campinas, Mestre em Direitos da Criança pela Faculdade de Direito da Universidade de Fribourg (Suíça).

Cibele Yahn de Andrade

Socióloga, pesquisadora do NEPP Núcleo de Estudos de Políticas Públicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com atuação prioritária na área social, em especial avaliação de programas e projetos e medição de desigualdades em educação. Funções atuais: Edição do Caderno de Pesquisa NEPP e Coordenação do Programa de Formação de Estagiários e Bolsistas do NEPP.

Denise Andreia de Oliveira Avelino

Doutora e mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, graduada em Direito e Serviço Social. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora Geral de Defesa dos Direitos da Criança do adolescente da Secretaria Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente do MMFDH. Participante do Grupo de Pesquisa Contextos da Infância, adolescência e juventude e sua Inter-Relação na Família e na Sociedade da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência como consultora, assessora e facilitadora nas áreas de direito da criança e do adolescente, acolhimento institucional e familiar, rede socioassistencial e SGDCA. Atua também como palestrante em conferências, seminários e congressos acadêmicos sobre a política de assistência social e política da infância.

Júlia Salvagni

Graduada em psicologia pela Universidade de Brasília, é psicóloga clínica e atua desde 2012 na rede de acolhimento de crianças e adolescentes do Distrito Federal. Atualmente coordena o Serviço de Família Acolhedora do Aconchego/DF. Compõe o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária e a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora. Mestre em Direitos Humanos e Cidadania (UnB) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia escolar e do Desenvolvimento (UnB).

Juliana Fernandes Pereira

Psicóloga pela USP, Mestre em Psicologia pela UnB, com estudo na área do direito à convivência familiar e comunitária. Especialista em Gestão pela FGV. Servidora Pública Federal, lotada, desde 2006, na Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Cidadania, onde ocupou diferentes funções e desde 2012 é



Assessora. Nesse período, participou, representando a Secretaria Nacional, de diversas agendas relativas ao direito à convivência familiar e comunitária, como elaboração, avaliação e atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; elaboração das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” e das “Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento”; sistematização das contribuições do Brasil às “Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança”, das Nações Unidas; do grupo articulado pelo CONANDA que elaborou subsídios para a redação do Substitutivo que deu origem à Lei nº 12.010/2009. Pela SNAS/MC também tem contribuído tecnicamente na análise de projetos de lei que alteram o ECA na matéria do direito à convivência familiar e comunitária.

Lara Naddeo

Psicóloga clínica, formada pela PUC de São Paulo, fez mestrado em intervenção psicossocial pela Universidade de Barcelona, e é pós-graduanda em psicanálise na perinatalidade e parentalidade pelo Instituto Gerar. Há 10 anos atua no universo do acolhimento de bebês, crianças e adolescentes através do seu trabalho no Instituto Fazendo História. Lara faz parte da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora e é co-autora do Guia de Acolhimento Familiar.

Leniter dos Anjos Sertório

Mestra em Serviço Social (PUC-SP), graduação em Serviço Social (PUC Campinas). Curso de Aperfeiçoamento de Trabalho Institucional com Famílias – PUCCAMP. Curso em Disciplinas de Análise Institucional pela UNICAMP. Assistente social, coordenadora e diretora na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Campinas, atuando na política de assistência social, com metodologia de trabalho com famílias, em Serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade do Sistema Único da Assistência Social-SUAS, além de conselheira no CMAS e CMDCA. Assessora em programas sociais da Sanasa – Campinas, representando a empresa no Comitê para a Primeira Infância, que elaborou o Plano para a Primeira Infância Campineira.

Luciana Cassarino-Perez

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2008), Mestre (2013) e Doutora (2018) em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vinculada ao Grupo de Pesquisa em Infância, Juventude e Comunidade (Universitat de Girona). Atualmente é docente do curso de Psicologia - Escola de Ciências da Vida, na PUCPR. Possui experiência nas áreas de Psicologia Positiva, Psicologia Comunitária e Psicologia do Desenvolvimento. Atua como pesquisadora nos seguintes temas: resiliência, bem-estar subjetivo, desenvolvimento humano em contextos de vulnerabilidade, acolhimento institucional e familiar e promoção de saúde.

Maria Isabel Monfredini

Assistente Social Aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Professora Universitária; Mestre em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Unicamp; Doutora em Educação na Área de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais pela Faculdade de Educação da Unicamp. Principais temas de atuação: política social, política de assistência social, sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e temas sócio-jurídicos (adoção, acolhimento institucional e familiar, maus-tratos infantil, reconhecimento de paternidade, violência contra a criança e adolescente, guarda, tutela, conselho tutelar, conselho de direitos), entre outros, afetos à criança e ao adolescente e à família.

Natália Capristo Navarro

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Educação e graduada em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).



IV Simpósio Internacional de
Acolhimento Familiar
Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Atuou como docente e supervisora de estágios do curso de Psicologia da Unimep e da Anhanguera de Piracicaba-SP. Coordenou o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Piracicaba (SAFA) e o Grupo de Apoio à Adoção de Piracicaba (GAAP). É pesquisadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das obras dos representantes da Teoria histórico-cultural (Nuthic - UFF), desenvolvendo pesquisas sobre acolhimento familiar. Atua também como supervisora técnica na política pública de assistência social com foco em acolhimento e adoção.

Pedro Hartung

Diretor de Políticas e Direitos das Crianças do Instituto Alana. Doutor em Direito do Estado pela USP com doutorado sanduíche em 2017 e Pesquisador Visitante no Child Advocacy Program pela Harvard Law School. Membro do grupo de trabalho da UNICEF sobre Governança de dados pessoais de crianças. Pesquisador visitante do Max-Planck-Institute de Direito Público de Heidelberg/Alemanha. Docente e membro do Painel Técnico do Curso de Liderança Executiva do NCPI/Harvard. Foi Conselheiro do Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2012-2016) e professor coordenador da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Faculdade de Direito da USP. Integrou em 2017 a equipe do Legal Policy Office do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR/ONU), em Genebra.

Renato Augusto Franklin

Bacharel em Direito e pós-graduado em Gestão de Negócios, com mais de 10 anos de experiência no campo da assistência social, tendo transitado por diversas instâncias gestoras e deliberativas até então. Atuou como Assessor de Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social de Rio Claro/SP (2010-2016), como Gestor da unidade da Fundação CASA/SP (2016-2021) e presidiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio Claro/SP. Atualmente é Coordenador de Programas na Fundação FEAC, liderando o Programa Acolhimento Afetivo.

Stella Maria Barberá da Silva Telles

Estatística e doutora em Demografia pela Unicamp. Atualmente é pesquisadora no NEPP Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de políticas públicas e população, atuando principalmente nos temas desigualdades no acesso à educação e à saúde e avaliação de políticas sociais. Atualmente é membro do Comitê Intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Campinas e coordenadora do Observatório da Infância e Adolescência da Unicamp - OiA.